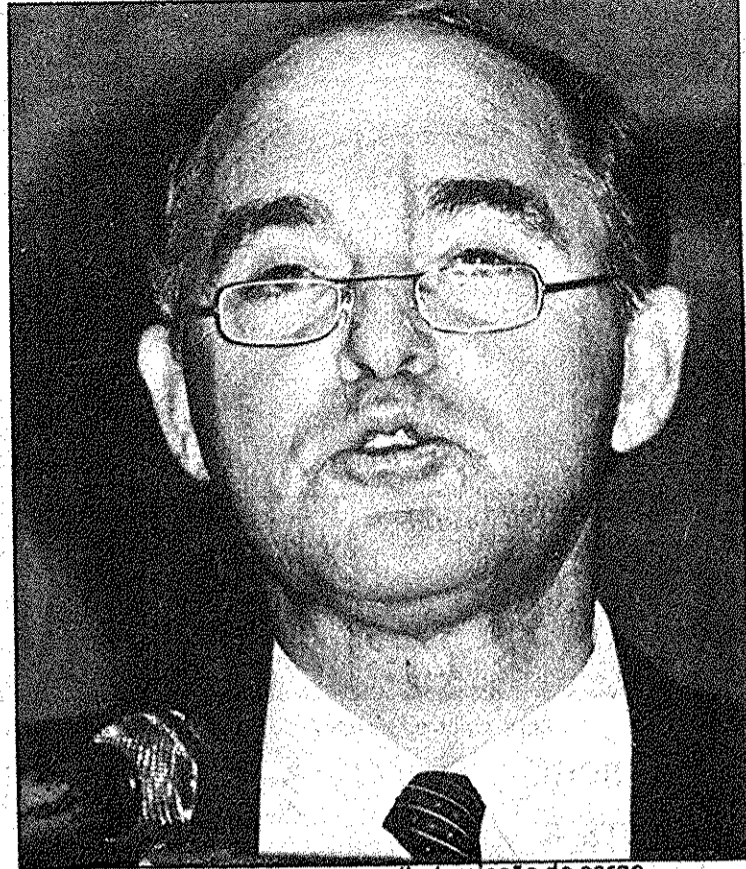


Decreto sobre mineração nas reservas é sustado

Presidente da Funai manda índios e funcionários impedirem a entrada dos garimpeiros



Marabuto não falou em pedir demissão do cargo

DNPM: reservas são numerosas

O diretor de fomento do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Manoel Redenção, disse ontem que todas as reservas indígenas da Região Amazônica, especialmente as dos Estados do Mato Grosso, Pará, Amazonas e Roraima, têm um bom potencial, já tendo sido inclusive comprovada a existência de reservas de minério em quantidades comerciais em alguns deles.

Ele citou o Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso, onde está comprovada a presença de ouro e cassiterita (estanho), a reserva dos Surucucu, em Roraima, onde há cassiterita, e áreas indígenas no norte (cassiterita) e noroeste (ouro) do Amazonas.

Segundo Redenção, existe um nível razoável de conhecimento da geologia das terras indígenas porque foram realizados mapeamentos por satélites em escala 1/250 mil, além de trabalhos básicos pelo Projeto Radam e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais. Este material já permitiria que as empresas de mineração interessadas fizessem o processamento e análise dos dados e partissem para a pesquisa de detalhe, realizada em campo.

Além de ouro e cassiterita, existem indícios de outros minerais em terras indígenas, como o manganês, cobre, chumbo, zinco, níquel e bauxita, e a portaria assinada na quarta-feira pelo presidente Figueiredo criaria condições para que empresas nacionais as explorem, mediante um acordo prévio com a Funai.

Até então, o que vinha ocorrendo era a garimpagem em áreas indígenas permitida pelos próprios índios, como ocorre na reserva de Gorotire, próximo a Carajás, no Pará. A garimpagem em terras indígenas não pode ser feita por brancos, continua Redenção, somente os índios poderiam garimpar em suas terras.

nais as explorem, mediante um acordo prévio com a Funai. Até então, o que vinha ocorrendo era a garimpagem em áreas indígenas permitida pelos próprios índios, como ocorre na reserva de Gorotire, próximo a Carajás, no Pará. A garimpagem em terras indígenas não pode ser feita por brancos, continua Redenção, somente os índios poderiam garimpar em suas terras.

RONDONIA

Sobre o problema da invasão de áreas exploradas por empresas de mineração de cassiterita em Rondonia por garimpeiros, Redenção disse que o DNPM vai procurar dificultar ao máximo a garimpagem, através das barreiras instaladas em três pontos da BR-364, que visam localizar contrabando de cassiterita.

Ele afirmou que, como o Departamento não tem poder de polícia (a ideia da criação de uma Polícia Minerária, a exemplo da Polícia Rodoviária, que faria cumprir o Código de Mineração, não sensibilizou muita gente) e apesar da proibição do garimpo de cassiterita no Estado, não se está conseguindo tirar os garimpeiros das áreas invadidas.

Isto só seria possível mediante uma ação policial apoiada por decisão judicial, e que representa um processo demorado, apesar das empresas já terem entrado com os pedidos na Justiça desde o ano passado.

Por outro lado, ele acusou o atual presidente da Funai, Nelson Marabuto Domingues, de ser conivente com a propositura do decreto. "Justamente no dia dez de setembro, na frente dos índios, dos indigenistas e antropólogos, ele (Marabuto) defendeu a aplicação daquele decreto e afirmou textualmente que se um dia chegasse a dirigir a Funai envidaria esforços para a sua regulamentação".

O presidente Figueiredo sustou ontem a publicação, no Diário Oficial, do decreto assinado quarta-feira, permitindo a exploração de minérios em terras indígenas. A informação foi dada pelo chefe do Gabinete Civil, ministro Leitão de Abreu, ao deixar a Clínica São José, onde esteve com o presidente da República.

Antes de tomar conhecimento da decisão presidencial, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Nelson Marabuto Domingues, enviou ontem telex a todas as delegacias regionais do órgão, determinando que índios e funcionários impeçam o ingresso de empresas mineradoras ou garimpeiros nos territórios indígenas, numa atitude de claro repúdio ao decreto assinado quarta-feira pelo presidente da República, que autorizou a exploração de minérios nas áreas.

Conforme Marabuto, a Funai é contra a decisão, porque ela representa o extermínio dos povos indígenas. Assim, ele lançou um apelo ao Governo, no sentido de que "reconsidere o seu ato e faça sua assessoria refletir melhor".

As lideranças indígenas de todo o País estão chegando a Brasília com o objetivo de promover um ato de protesto contra a decisão presidencial, com a possível instalação de um acampamento em frente ao Congresso Nacional. Os Txucarramaé do Parque Indígena do Xingu, bem como os Xavante, estão sendo esperados a qualquer momento. Da mesma forma, os índios Kaiapó, que vivem no Sul do Pará, cujas terras têm grande quantidade de ouro, são aguardados até o final da semana.

Nelson Marabuto revelou que não tem intenção de pedir sua demissão do cargo.

mesmo diante desta posição incompatível com o Governo Federal. "O Governo tem outras alternativas para emancipar economicamente os índios, sem a necessidade de liberar as reservas às atividades predatórias", comentava ele, antes de tomar conhecimento da decisão de Figueiredo.

"Qualquer problema pessoal, como demissão, é irrelevante no momento. O importante é frustrar a vigência deste decreto, pois estou solidário com os índios neste pleito legítimo. Sou um homem de Governo, estou cumprindo uma missão e pretendo continuar", prosseguiu ele, afirmando ser a sua posição irreversível.

Ontem de manhã, Marabuto se reuniu com quase 80 índios, que esperavam a chegada de outros líderes. No encontro, o presidente da Funai informou às lideranças indígenas que tentaria falar com o ministro Mário Andreazza, do Interior, no sentido de sustar a publicação do decreto, por acreditar que a iniciativa partiu do Ministério das Minas e Energia, chegando ao Minter como "fato consumado".

Ele disse ainda que não está preocupado, em razão da postura assumida pela Funai e pelos índios, de que sejam deflagrados conflitos entre mineradoras, garimpeiros e as comunidades tribais. "Vamos apelar aos órgãos de segurança para resguardar a integridade física dos índios", garantiu.

O chefe de gabinete, Marcos Terena, que manteve contato com todos os índios do País, salientou que há a disposição de prender todos os brancos que entrem em territórios indígenas para mineração, mas não existe a intenção de matar ninguém.

Jurandy elogia a decisão

O ex-presidente da Funai, Jurandy Marques da Fonseca, exonerado da função em setembro do ano passado (por se ter negado a assinar portaria regulamentando o ingresso de empresas mineradoras em territórios indígenas), ao tomar conhecimento da determinação do presidente da República de reexame de novo decreto sobre o mesmo assunto, disse ontem que todo o povo brasileiro, especialmente as nações indígenas, estão de parabéns, pois seria lamentável que o coramento do Governo Federal, que promove a abertura política e anistia, mantivesse em vigor um ato tão prejudicial aos índios.

Por outro lado, ele acusou o atual presidente da Funai, Nelson Marabuto Domingues, de ser conivente com a propositura do decreto. "Justamente no dia dez de setembro, na frente dos índios, dos indigenistas e antropólogos, ele (Marabuto) defendeu a aplicação daquele decreto e afirmou textualmente que se um dia chegasse a dirigir a Funai envidaria esforços para a sua regulamentação".

Jurandy Fonseca foi exonerado após ter indiretamente acusado o Governo de genocida, negando-se a regulamentar o decreto 88.985, com o argumento de que "não quero passar à História como um genocida". Esta sua afirmação se respaldava em longo parecer das entidades de apoio ao índio, antropólogos e indigenistas, que repudiavam o decreto por entenderem o mecanismo de extermínio dos povos indígenas.

Assim, ele lembrou que "quando anunciaram o nome de Marabuto para ocupar o meu lugar na presidência da Funai, eu disse a todos que ele iria preparar o caminho para que as mineradoras pudessem entrar livremente nas terras indígenas". Acrescentou ainda que "Marabuto é um homem do sistema e está aí para ajudá-lo".

De forma irônica, ele parodiou a informação dada ontem pelo ministro César Cals, das Minas e Energia, com o episódio que envolveu o deputado Alcides Franciscato, quando da viagem do presidente Figueiredo à Espanha. "Então, o ministro César Cals franciscatou?", questionou Jurandy Fonseca.

Geólogos fazem protesto

ABNOR GONDIM
Correspondente

Belém — A Associação dos geólogos da Amazônia (Apgam), vai reafirmar, em nota oficial, sua posição assumida em novembro passado, quando da demissão do ex-presidente da Funai, Jurandy Fonseca, contrária à liberação das terras indígenas à exploração mineral. "A regulamentação da exploração mineral em terras indígenas irá contribuir para a extinção da cultura e da comunidade indígenas", disse o presidente da Apgam, Carlos Alberto Alves, deflagrando uma série de reações no Pará contra o decreto-lei assinado pelo presidente Figueiredo.

"DESASTROSA" "É desnecessário liberar terras indígenas", insistiu, "quando se tem áreas disponíveis com ocorrências minerais que precisam ser pesquisadas. Geologicamente, o País deixou de fazer geologia básica. As próprias estatais deixaram de fazer pesquisa. Há cerca de 90 por cento do território nacional por se trabalhar".

Outra reação contrária ao decreto-lei, que libera as

reservas indígenas às mineradoras, foi do delegado regional da Funai, Salomão Santos, que considerou "desastrosa" a regulamentação. Instruído pelo presidente do órgão, Nelson Marabuto, ele enviou mensagens de radiofonia às lideranças indígenas, informando que "a Funai não teve nenhuma participação nisso. E não permitirá a entrada de empresas mineradoras antes que sejam esclarecidos os itens do decreto".

"A nossa preocupação já é grande com a falta de demarcação das reservas e agora tende a se agravar", disse, confessando que durante um ano e meio à frente da delegacia, já recebeu mais de 60 pedidos de alvarás. Segundo ele, a convivência dos índios Gorotire e Kikretun da reserva Kaiapó, sul do Pará, "está causando a destruturação dessas tribos. Já estão deixando a agricultura, inclusive querendo contratar brancos para esse trabalho, e está incentivando a saída dos mais jovens às cidades". Mas ambos grupos indígenas, que obtêm mensalmente Cr\$ 40 e 120 milhões, lutam para aumentar o percentual da comercialização do ouro.

ALVARAS

No rol das reações, o secretário administrativo da Rio Doce Mineração e Geologia (Docegeo), subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, Luis Bandeira, disse que a empresa, apesar de deter vários alvarás, não tem interesse de atuar em reserva indígenas. Mas manterá e até prorrogará estes pedidos para proteger as reservas do avanço de outras empresas.